

Tendo em vista as consequências da crise ambiental e do modelo de desenvolvimento das sociedades pós-industriais, como anteriormente discutido, o quadro atual de desigualdades e exclusão social, da pobreza e da busca pela denominada justiça ambiental está no centro dos debates mundiais e se reflete nos principais compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que se desdobram nas denominadas Metas do Milênio, propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000.

Esta discussão remete a uma questão ética do direito de acesso a uma vida digna e exercício de cidadania, na direção do que Edgar Morin denomina uma nova ética de civilização. E, para abordar tais questões, este capítulo parte da discussão no plano global – mas se ancora no caso brasileiro – na tentativa de ilustrar o problema, bem como os caminhos possíveis para o seu equacionamento.

É importante lembrar aqui que, dos oito enunciados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, seis dizem respeito a questões sociais. Ou seja, há um claro reconhecimento, no plano global, de que estes constituem os principais desafios para uma sociedade mais justa e também para solucionar inúmeras tensões sociais resultantes de um processo histórico de exclusão de grandes parcelas da sociedade de seu direito cidadão.

Assim, entre as prioridades do milênio, erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres, além de reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças constituem os principais compromissos a serem alcançados, por todos os países do mundo, até 2015.

Neste caso, vale a pena também que se resgatem, neste ponto do debate, algumas questões centrais quando o tema é sustentabilidade:

- ... **A** Como assegurar o cumprimento de todos estes objetivos, quando a população mundial aumenta e a base de bens da natureza é limitada e já mostra sinais de exaustão?
- ... **B** Além disso, será realmente possível, matematicamente, pensar em um processo ilimitado de crescimento quando os recursos para tal já não são suficientes?
- ... **C** Que cenário de futuro se pode imaginar se não houver realmente uma mudança nos modos de ser e agir em sociedade?

Tendo como inspiração estas questões, este capítulo busca avançar sobre a reflexão da dimensão social envolvida nos desafios para a sustentabilidade, rumo a uma nova perspectiva.

## A POPULAÇÃO ABAIXO DA LINHA DE POBREZA

Com base em estatísticas do Banco Mundial, o relatório *Pobreza, desigualdade e políticas públicas*, publicado em 2010 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), informa que, em 2005, havia no mundo 1,377 bilhão de pessoas vivendo abaixo da denominada linha de pobreza (indivíduos que vivem abaixo da linha de pobreza têm renda individual inferior a US\$ 1,25 por dia, segundo critério do Banco Mundial, de 2008). À época, esse contingente representava 25% da população global, em contraste com o 1,896 bilhão, em 1981.

Embora estes dados ilustrem a gravidade do problema, a boa notícia é que, no período mencionado, parece ter sido possível a redução da pobreza extrema em 27,4%. Mas é importante ressaltar que esse fenômeno não ocorreu de maneira homogênea em todas as regiões do planeta. Houve avanços e retrocessos que precisam ser melhor compreendidos para se pensar os desafios sociais rumo à construção de uma sociedade efetivamente sustentável.

As estatísticas citadas contribuem para esse entendimento, na medida em que permitem uma análise global dessa situação ao longo de pouco mais de duas décadas. O Quadro ilustra as tendências observadas no período:

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DA POBREZA (EM % DA POPULAÇÃO),  
ENTRE AS DIFERENTES REGIÕES DO GLOBO (1981/2005)

REGIÃO/PERÍODO	1981	2005
Sul da Ásia	28,9	43,3
África Subsaariana	11,3	28,4
Leste da Ásia e Pacífico	56,5	23,0
América Latina e Caribe	2,2	3,4
Leste Europeu e Ásia Central	0,4	1,3
Oriente Médio e na África do Norte	0,7	0,8

Fonte: Ipea (2010), com base em estatísticas do Banco Mundial.

O quadro ilustra que, entre 1981 e 2005, os maiores avanços no combate à pobreza ocorreram no Leste Asiático e no Pacífico, bem como no Oriente Médio e na África do Norte, regiões nas quais mais que 500 milhões de pessoas deixaram de viver em condições de pobreza extrema no período.

Mas, apesar disso, permanece a inquietação com relação à desigualdade social no mundo porque em outras regiões ocorreu exatamente o contrário, segundo as estatísticas do Banco Mundial citadas no relatório do Ipea. A quantidade de pessoas vivendo em situação de pobreza extrema aumentou, entre 1981 e 2005, na África Subsaariana (mais 176,9 milhões de pessoas), no Sul da Ásia (mais 47,3 milhões), no Leste da Europa e Ásia Central (mais 10,2 milhões) e também na América Latina e Caribe (mais 4,1 milhões).

Assim, embora estes dados globais compilados pelo Ipea incluam apenas o período entre 1981 e 2005, é importante reconhecer que eles trazem algumas reflexões importantes, não somente por evidenciar algumas tendências no período citado, mas também por ilustrar que o problema está se agravando em várias regiões do globo.

Este quadro tende também a indicar que, mesmo após a Rio-92 e todos os compromissos assumidos desde então para um mundo mais justo e equitativo, inúmeros obstáculos têm ainda que ser transpostos para que um dos principais Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a redução da pobreza, seja alcançado, até 2015.

Mas, para analisar essa questão, outras estatísticas e argumentos serão também discutidos a seguir, para permitir um entendimento mais profundo sobre essa problemática complexa.



ACESSE NA ÍNTEGRA O RELATÓRIO DO IPEA SOBRE A EVOLUÇÃO DA POBREZA NO MUNDO:

[http://j.mp/senac\\_ipea\\_evolucao\\_pobreza](http://j.mp/senac_ipea_evolucao_pobreza)

Com relação ao debate proposto, o relatório *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, lançado em julho de 2011 pela ONU (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS..., 2011b), traz também uma importante contribuição, ao apresentar estatísticas que permitem visualizar uma nova configuração global sobre o tema da desigualdade social no presente e em uma projeção de futuro próximo. Segundo as estimativas apresentadas na publicação, até 2015 a situação de pobreza extrema deve ainda afetar 15% da população mundial, o que significa uma porcentagem inferior aos 23% previstos no início da década passada.

Alguns avanços têm sido possíveis no plano global, principalmente devido ao impacto dos bons resultados de progresso social alcançados por algumas nações em desenvolvimento com elevados contingentes popula-

cionais, como a China e a Índia, que têm investido não só no crescimento econômico, mas também em programas sociais de grande alcance.

Mas, apesar desta perspectiva otimista, os avanços globais não se traduzem, da mesma forma, em todas as regiões do mundo, conforme ilustrado anteriormente. Essa tendência foi também ressaltada pelo depoimento do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, durante o lançamento do relatório de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em evento em Genebra, na Suíça, em 7 de julho de 2011 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS..., 2011b).

Segundo a sua mensagem, embora seja evidente o esforço global para a melhoria da qualidade de vida das regiões mais pobres, são ainda grandes os desafios para proteger as parcelas mais vulneráveis da população mundial dos efeitos das crises econômicas, dos desastres naturais e da tendência, nos últimos anos, de alta dos preços dos alimentos e de fontes energéticas.

Segundo o secretário-geral da ONU, um dos avanços a serem alcançados para tal é garantir que as mulheres tenham oportunidades iguais às dos homens, principalmente no mercado de trabalho e na formação educacional. Outra questão a ser enfrentada globalmente se refere ao fato de 42% das crianças em idade escolar que ainda não estão na escola viverem em áreas de conflitos no mundo, o que tende a agravar o processo exclusivo também com relação às próximas gerações, se soluções globais não forem encontradas para a construção de um mundo mais harmonioso no futuro.

O *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2011* (RDH) avaliou também indicadores de desenvolvimento humano em 187 países e territórios reconhecidos pela ONU, superando os 169 países incluídos na pesquisa de 2010 e inserindo novos parâmetros de avaliação.

Os dados do RDH 2011 ilustram também a situação de disparidade nos padrões globais de desenvolvimento humano. As dez melhores posições no *ranking* são ocupadas pelos países mais ricos: Noruega, Austrália, Holanda, Estados Unidos, Nova Zelândia, Canadá, Irlanda, Liechtenstein, Alemanha e Suécia. E as piores posições estão associadas às nações mais pobres do mundo, todas situadas na África Subsaariana: Guiné, República Centro-Africana, Serra Leoa, Burkina Faso, Libéria, Chade, Moçambique, Burundi, Níger e República Democrática do Congo.

Segundo o RDH 2011, subiram no *ranking*, no período 2006-2011, 72 países, liderados por Cuba (com avanço de dez posições), Venezuela e Tanzânia (que avançaram sete posições, situando-se respectivamente nas 73<sup>a</sup> e 152<sup>a</sup> posições no *ranking* de 2011).

Em contrapartida, segundo a mesma fonte, 72 países retrocederam no *ranking*, entre os quais o Kuwait (que retrocedeu oito posições, estando em 63<sup>o</sup>) e a Finlândia (que perdeu sete posições, ocupando, em 2011, o 22<sup>o</sup> lugar). Dessa forma, o mundo opera de maneira desigual e nem sempre o acesso a bens naturais ou tecnologia garantem o aprimoramento do processo inclusivo.



De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2011 (ver [http://j.mp/senac\\_relatorio\\_idh\\_2011](http://j.mp/senac_relatorio_idh_2011)), o Brasil avançou de 0,715 (em 2010) para 0,718 (em 2011), o que contribuiu para a evolução de apenas uma posição, ou seja, da 85ª para a 84ª colocação no *ranking* global no período. E esta parece uma real contradição: como um país que representa a 6ª economia global não foi ainda capaz de equacionar os seus principais problemas sociais e se tornar líder também neste processo?

Mas, apesar disso, o Brasil integra um pequeno grupo formado por apenas 36 países que conseguiram avançar no *ranking* de desenvolvimento humano entre os anos de 2010 e 2011, o que reflete o esforço nacional na implementação de medidas que visem à melhoria das condições sociais, mesmo diante de inúmeros desafios que o país ainda terá que enfrentar, no futuro, para a redução das desigualdades sociais.

### **OPORTUNIDADES DESIGUAIS ENTRE HOMENS E MULHERES**

As preocupações do secretário-geral da ONU em relação aos desafios para assegurar melhor equilíbrio de oportunidades entre homens e mulheres, mencionadas anteriormente, têm importantes justificativas. Um dado que reforça essa percepção é o denominado Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) – que reúne dados de saúde reprodutiva, tempo de escolaridade, representação parlamentar e participação no mercado de trabalho, revela a distância entre ricos e pobres quando o tema é a desigualdade entre homens e mulheres – que atualmente é considerado para a avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e que também ilustra algumas distorções globais com relação a este tema (ver [http://j.mp/senac\\_idh\\_mundo](http://j.mp/senac_idh_mundo)).

O *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano* (RDH) 2011 destaca que é na África Subsaariana que estão registradas as maiores disparidades na situação entre homens e mulheres, quando se analisa principalmente o acesso à educação.

Também no Sul da Ásia as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens em todas as dimensões avaliadas do IDG. Nos países árabes, a população feminina está sujeita a grandes desigualdades com relação à masculina, tanto na escolaridade como no acesso ao mercado de trabalho.

O Brasil ocupa uma posição intermediária no valor do IDG no RDH 2011, equivalente a 0,449, o que significa a 80ª posição entre 146 países pesquisados. Esta colocação no *ranking* reflete, ironicamente, a conquista do nível de educação secundário ou superior por 48,8% das mulheres adultas

(um pouco acima do público masculino, que alcança 46,3%), mas também inúmeras situações de desigualdade de gênero a serem superadas no futuro.

A participação feminina no mercado de trabalho alcança uma porcentagem de apenas 60,1%, em comparação com 81,9% da média masculina. A representação política também avança a passos lentos no Brasil, com apenas 9,6% dos assentos parlamentares ocupados por mulheres.

Mas como reduzir as desigualdades de gênero no Brasil e, principalmente, nas regiões mais pobres do mundo, tais como a África Subsaariana e o Sul da Ásia, sem que se resolva o problema da pobreza que ainda atinge essas e outras regiões do planeta?

Para compreender a dimensão desse problema complexo, a análise de outro fator do IDH, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) – que avalia informações como acesso à água tratada, aos serviços de saúde e aos bens de consumo, além dos tipos de combustíveis usados para cozinhar e os padrões de construção de casas – pode ser esclarecedor, como discutido a seguir (ver mais em: [http://j.mp/senac\\_ipm](http://j.mp/senac_ipm)).

Com base neste índice, o relatório (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS..., 2011a) alertou que, ao final de 2011, cerca de 1,7 bilhão de pessoas, em 109 países, o equivalente a um terço da população global, estaria vivendo ainda em condições de pobreza multidimensional.

Assim, parece possível afirmar que, apesar dos inúmeros compromissos assumidos desde 1992, particularmente a partir dos Objetivos do Milênio, em 2000, as sociedades humanas não foram ainda capazes de resolver as suas principais questões com relação à sustentabilidade do desenvolvimento. E será que neste cenário de desigualdade social é possível acreditar em um planeta sustentável? Ou, ainda, de que sustentabilidade estamos falando?

A análise entrecruzada das informações levantadas pelo IPM ilustra ainda uma outra face perversa da pobreza, aquela diretamente relacionada aos impactos ambientais resultantes do processo de exclusão social.

Segundo essa análise, mais de 90% da população, multidimensionalmente mais pobre do Sul da Ásia e da África Subsaariana não têm condições de comprar combustíveis adequados para cozinhar e utilizam a lenha para este fim. Esta situação gera o agravamento de problemas de saúde, como a potencialização das doenças respiratórias. Além disso, a pobreza exerce também pressão sobre a natureza, e das carências sociais resultam algumas implicações à saúde que, por sua vez, geram mais exclusão e perdas sociais.

Para analisar avanços e retrocessos sociais é preciso que se interprete o contexto das questões relacionadas a educação, saúde, segurança, proteção ambiental, entre outras informações fundamentais para a construção de sociedades mais sustentáveis. Estes e outros recortes estão sendo ampliados no *Relatório de Desenvolvimento Humano*, bem como tendem a integrar, cada

vez mais, o processo de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Este será um ponto central de debate da Agenda da Rio+20 e o que virá depois, no âmbito das discussões globais rumo ao que se denomina uma sociedade sustentável.

### **AMÉRICA LATINA: AVANÇOS E OBSTÁCULOS**

A América Latina e o Caribe são citados no relatório *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* como regiões que alcançaram inúmeros avanços sociais nos últimos anos, embora enfrentem diversos desafios sociais, entre os quais um longo caminho a ser percorrido para o alcance da meta de redução, pela metade, da pobreza extrema até 2015.

Essa sinalização se baseia em estatísticas que revelam que a população em situação de extrema pobreza (que sobrevive com até US\$ 1,25 ano/dia) na região foi apenas reduzida de 29%, em 1990, para 26%, em 2005. Ou seja, apesar dos compromissos assumidos, esta situação permanece quase inalterada.

Com relação à questão educacional na região, um dos principais itens para a análise de desenvolvimento humano, a taxa de matrículas no ensino básico também teve resultados limitados no período, pela análise realizada. Esta taxa aumentou somente de 93% para 95% em igual período. Desta forma, os avanços registrados ainda não asseguram uma das Metas do Milênio, a educação primária universal garantida até 2015.

Mas outras estimativas apresentadas no relatório da ONU reforçam algumas preocupações com relação aos desafios latino-americanos a serem enfrentados no futuro, estreitamente ligados à questão social. O alto índice de mortalidade materna é um deles. Em 2008 foram registradas 170 mortes em mães a cada 100 mil nascimentos no Caribe. Na América Latina, também em 2008, foi registrada uma taxa de 82 nascimentos para cada mil mulheres com idade entre 15 e 19 anos, o que representou o segundo maior índice de gravidez na adolescência de todas as regiões em desenvolvimento.

O relatório de progresso dos ODM, anteriormente mencionado, reforça também a análise de que, embora na América Latina e no Caribe se tenha conseguido cumprir a meta de redução, pela metade, da população sem acesso a água tratada, o mesmo não ocorreu, por exemplo, em relação aos serviços de coleta e tratamento de esgoto doméstico. Quanto a esse dado, a publicação enfatiza a grande lacuna que existe com relação a estes serviços entre as zonas rural e urbana.

Assim, independentemente dos avanços observados, a desigualdade de oportunidades em termos de acesso aos serviços básicos tende a ocorrer em uma mesma região, segundo as prioridades políticas e os investimentos a ela dirigidos. E esta é também uma questão a ser superada no futuro.

O *Panorama Social da América Latina 2010*, um relatório lançado em novembro de 2010 pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), não deixa dúvidas de que a região tem experimentado avanços sociais importantes, embora enfrente ainda inúmeros desafios para a redução de desigualdades sociais históricas.

Apesar das expectativas otimistas, o relatório da CEPAL revelou também um prognóstico preocupante: a permanência de 180 milhões de pessoas em situação de pobreza na região (ou 32,1% da população latino-americana) até então, dos quais 72 milhões de pessoas (12,9%) em condições de pobreza extrema.

## A SITUAÇÃO BRASILEIRA: DILEMAS DE GRANDE COMPLEXIDADE

Com base nos dados globais e a partir da análise de uma série histórica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), percebe-se que o Brasil tem alcançado uma performance positiva ao longo das últimas três décadas. Segundo os dados dos RDH de 1980 e 2011, o IDH brasileiro foi elevado em 31% no período, passando de 0,549 para 0,718. Este desempenho é explicado como resultado do aumento na expectativa de vida da população brasileira (11 anos no período), pela melhoria na média de anos de escolaridade (4,6 anos a mais) e pelo crescimento da Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*, que foi elevada em cerca de 40% entre 1980 e 2011.

EVOLUÇÃO DO IDH NO BRASIL ENTRE 1980 E 2011

	EXPECTATIVA DE VIDA NO NASCIMENTO	EXPECTATIVA DE ANOS DA ESCOLARIDADE	MÉDIA DE ANOS DE ESCOLARIDADE	RNB PER CAPITA (PPP\$ 2005)	VALOR DO IDH
1980	62,5	14,1	2,6	7.306	0,549
1985	64,4	14,1	3,2	6,732	0,575
1990	66,3	14,1	3,8	6,978	0,600
1995	68,3	14,1	4,6	7,610	0,634
2000	70,1	14,5	5,6	7,698	0,665
2005	71,6	14,2	6,6	8,260	0,692
2010	73,1	13,8	7,2	9,812	0,715
2011	73,5	13,8	7,2	10,162	0,718

FONTE: RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2011 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS..., 2011C).

Ainda segundo o RDH 2011, entre 1990 e 2011 o Brasil se destacou também entre outros países por ter alcançado uma taxa de crescimento de IDH, no período, de 0,86%, acima da verificada na América Latina (0,76%).

Mas, de acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 16,2 milhões de habitantes em situação de pobreza extrema, o que ainda corresponde a 8,5 % da população total do país.

Segundo o IBGE, destes, 9,6 milhões de pessoas (59% do total da pobreza no país) vivem na região Nordeste e no Sudeste (2,7 milhões). No *ranking* da pobreza, estas são seguidas pelas regiões Norte (2,65 milhões), Sul (715 mil) e Centro-Oeste (557 mil pessoas). Assim, a pobreza no Brasil também tem distribuição heterogênea entre as várias regiões e exige ações governamentais diferenciadas.

É importante também considerar que são os jovens os mais atingidos pelo problema da pobreza extrema, uma vez que, do total, 51% de jovens de até 19 anos de idade e 40% com menos de 14 anos encontram-se nesta situação. Estas estatísticas trazem à reflexão um importante alerta para o país: o elevado risco social, em futuro não muito distante, se não houver um investimento de toda a sociedade para a inserção dessa parcela importante da população e sua formação para a construção de um país mais justo e sustentável.

É importante enfatizar também que o limitado acesso aos serviços públicos essenciais também atinge mais de metade da população brasileira identificada como em condição de extrema pobreza. Segundo o IBGE, 53% dos domicílios não estão ligados à rede geral de esgoto nem possuem fossas sépticas, o que amplifica os problemas sociais do país, com rebatimentos evidentes na questão da saúde.

Na área rural, 48% dos domicílios de famílias na mesma condição social não possuem ligação junto à rede geral de distribuição de água e também não têm poço ou nascente na propriedade, o que ilustra, uma vez mais, os evidentes problemas de sobrevivência e qualidade de vida dessas famílias. Além disso, mais de 300 mil famílias vivem sem acesso a energia elétrica. Destes, 26% com 15 anos ou mais de idade são analfabetos.

Outro elemento de exclusão social parece ainda estar ligado à cor da pele. Do total de 16,2 milhões de habitantes mapeados em situação de pobreza extrema, 71% são negros ou pardos, ainda de acordo com dados do IBGE.

Embora a população brasileira seja predominantemente urbana, é também importante enfatizar que, do total de pessoas em situação de pobreza extrema, 46,7 % vivem nas áreas rurais, enquanto 53,3% estão concentrados nas cidades, mas o processo de urbanização tende a alterar este quadro, no futuro.

Assim, estes dados ilustram, uma vez mais, os contrastes e as diferentes "fotografias" da pobreza em um país que se destaca por uma liderança econômica crescente no plano global, mas sujeito a inúmeras tensões internas resultantes de um processo histórico de exclusão social.

Medidas estão sendo tomadas pelo governo brasileiro para reverter esse quadro preocupante, conforme será discutido ao final deste capítulo, mas esse resgate exige a compreensão do problema e o engajamento de toda a sociedade brasileira.

### **PREÇOS DOS ALIMENTOS: RISCO SOCIAL QUE EXIGE SOLUÇÕES**

Uma questão central para avanços na redução da pobreza está também diretamente relacionada ao acesso aos alimentos, não só em quantidade suficiente para o atendimento das necessidades básicas à sobrevivência, mas também com relação à qualidade nutricional adequada para assegurar o pleno desenvolvimento físico e mental dos indivíduos. Segundo o Banco Mundial, em alerta veiculado no primeiro trimestre de 2011, caso persista a tendência de alta de preços dos alimentos, que tem se intensificado nos últimos três anos em nível global, o quadro da pobreza extrema mundial poderá se agravar.

Até 34 milhões de pessoas poderiam ser levadas à situação de pobreza extrema no mundo, no horizonte de um ano ou menos, por falta de condições de compra de gêneros alimentícios essenciais para a sua sobrevivência. Este fenômeno está relacionado a inúmeros fatores, entre os quais o agravamento da crise econômica, que tem se intensificado, desde 2008, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, contagiando também outros continentes.

Da mesma forma, o aumento e as incertezas com relação aos preços do petróleo e seus derivados, verificados nos últimos anos, vêm também contribuindo para o incremento dos custos produtivos em geral, o que se reflete no preço dos alimentos. Com isso, muitos produtores rurais reduziram seus investimentos em áreas plantadas, o que provoca, por efeito dominó, a queda de estoques globais de cereais, açúcar e outros produtos essenciais para a alimentação. Problemas climáticos, como a falta de chuvas em algumas regiões do mundo, bem como o seu excesso em outras, têm contribuído também para o agravamento dessa situação.

Segundo a revista *IstoÉ* (AUMENTO..., 2011), em reportagem veiculada em 14 de abril de 2011, a elevação do preço de alimentos, mencionada pelo Banco Mundial, já havia atingido 30% entre os primeiros trimestres de 2010 e 2011. E, na mesma publicação, o presidente da instituição alertou a opinião pública mundial para cerca de um bilhão de pessoas que já enfrentam o problema de subnutrição no mundo, situação que pode ser agravada, ainda mais, diante dessa equação de altos custos e de baixa oferta de gêneros alimentícios.

Da mesma forma, já em 2010, a organização internacional World Hunger, com base em dados do Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), havia identificado 925 milhões de pessoas passando

fome ou mal nutridas no mundo. Tal qual ocorre com a situação da pobreza, anteriormente discutida, esse quadro não é globalmente homogêneo. A maior gravidade com relação a esse problema é verificada em países da Ásia e do Pacífico, além da África Subsaariana, conforme sistematizado a seguir:

SITUAÇÃO DE FOME OU SUBNUTRIÇÃO, POR REGIÃO EM MILHÕES DE PESSOAS (DADOS DE 2010)

Ásia e Pacífico	578
África Subsaariana	239
América Latina e Caribe	53
Oriente Próximo e Norte da África	37
Países desenvolvidos	10

Fonte: World Hunger (2010).

Acesse e saiba mais em: [http://j.mp/senac\\_fao](http://j.mp/senac_fao)

Segundo a mesma fonte, embora alguns avanços tenham sido registrados a partir de 2009, o número de pessoas, no mundo, em estado de subnutrição é ainda muito elevado. Esta situação se deve, principalmente, a três fatores: à negligência de governos e agências internacionais com relação à importância da agricultura para os grupos mais pobres; às crises econômicas recorrentes; e ao aumento significativo dos preços dos alimentos.

Ainda segundo dados da FAO de 2010, há uma produção suficiente de alimentos para suprir as necessidades da população mundial, já que a agricultura global produz 17% a mais de calorias por pessoa do que produzia nos 30 anos anteriores, período em que a população mundial cresceu 70%. Este valor equivaleria a uma provisão de pelo menos 2.720 quilocalorias (kcal) por pessoa por dia (uma combinação de proteínas, gorduras e carboidratos, nutrientes que produzem energia para a manutenção do corpo humano, cuja representação métrica produzida é denominada caloria). No entanto, uma boa parte da população mundial não tem acesso à terra para plantar ou remuneração para comprar alimento em quantidade suficiente para a sua sobrevivência (ver [http://j.mp/senac\\_anvisa\\_guia](http://j.mp/senac_anvisa_guia)).

De acordo com a FAO, a população considerada desnutrida entre 1990/1992 era de 824 milhões de pessoas, situação que se agravou, nos últimos anos, conforme confirmado com novos dados divulgados em 2010, quando este contingente já havia chegado a cerca de um bilhão de habitantes do planeta.

Desse quadro preocupante, resultam refugiados – pessoas que são forçadas a fugir de seus países devido a questões políticas, religiosas, militares ou quaisquer outros problemas – de todas as origens que buscam condições mais dignas de vida, muitas vezes em regiões distantes de sua terra

natal. Nos últimos anos tem crescido também o número dos denominados “refugiados ambientais”, o que potencializa tensões sociais entre países, afetando inclusive os acordos diplomáticos para lidar com os problemas de imigração (ver [http://j.mp/senac\\_imigracao](http://j.mp/senac_imigracao)).

Um comunicado da FAO, divulgado no site da ONU-Brasil, em 7 de outubro de 2011, reforça o alerta sobre os riscos na produção e distribuição de alimentos no mundo devido a inúmeros problemas, mas sobretudo àqueles relacionados às questões climáticas.

Um exemplo desse problema é o Paquistão, onde as inundações atingiram oito milhões de pessoas, além de terem contribuído para a destruição de 880 mil hectares de colheitas e provocado a morte de um número elevado de cabeças de gado.

Assim, a população mundial aumenta, a pobreza e a subnutrição se acentuam em algumas regiões do globo, os preços dos alimentos se elevam, os riscos ambientais tendem a ser cada vez maiores com os padrões atuais de vida em sociedade, assim como as tendências de agravamento do aquecimento global, como será mais amplamente discutido no capítulo seguinte deste livro.

Além de todos os problemas mencionados, conflitos de toda ordem contribuem também para gerar pobreza e amplificar os processos excludentes que se configuram, principalmente, na concentração de renda, o que contribui para aumentar a distância entre populações mais ricas e mais pobres, conforme será discutido a seguir.

## **RICOS E POBRES, UNIVERSOS AINDA MUITO DISTANTES**

Mas para discutir os desafios para a dimensão social do desenvolvimento não basta entender o quadro global da pobreza e da desnutrição. A concentração de riqueza nas mãos de pequenas parcelas da população, em detrimento das condições de vida da grande maioria, representa também um desafio fundamental a ser transposto, em uma nova perspectiva ética de desenvolvimento. Alguns estudos ilustram como essas desigualdades têm se perpetuado historicamente e como inspiram o quadro atual de tensões sociais.

No blog do jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição de 22 de agosto de 2010, a jornalista Cláudia Trevisan divulgou o novo *ranking* das sete maiores economias do mundo, evidenciando, justamente, que nem sempre os primeiros países da lista em desempenho econômico têm distribuição de renda justa para a sua população.

Estas contradições foram exemplificadas no blog pelo caso da China, país de 1,3 bilhão de habitantes, que passou a ocupar, neste *ranking*, o posto de maior economia do mundo, mesmo a partir de estatísticas (algumas contraditórias) que registram 150 milhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 1, por dia, até então (TREVISAN..., 2010).

No *ranking* citado no blog, os Estados Unidos, o Japão, além de Alemanha, França, Inglaterra e Itália, figuravam na sequência das sete maiores economias do mundo, com renda *per capita* entre US\$ 35,3 mil e US\$ 46,4 mil. A contradição é que a China, apesar de sua posição de economia mais forte entre os demais países mencionados, tem uma renda *per capita* de apenas US\$ 3,7 mil, o que a faz figurar em 98º lugar no *ranking*, quando comparada aos demais (ver mais em [http://j.mp/senac\\_renda\\_percapta](http://j.mp/senac_renda_percapta)).

Esta contradição é claramente ilustrada com o caso brasileiro, recém-reconhecido como a 6ª economia do mundo. De acordo com informações divulgadas no Portal G1 de notícias, na edição de 27 de dezembro de 2011 (BRASIL..., 2011), jornais britânicos haviam publicado naquela data um levantamento do Centro de Pesquisas para Economia e Negócios (CEBR, em inglês) confirmando que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil havia ultrapassado o do Reino Unido em 2011.

O levantamento indicou, no entanto, que, devido às desigualdades sociais verificadas no caso brasileiro, o nível de distribuição de renda do país só alcançaria os padrões britânicos nos próximos 20 anos. Assim, os dados de economia uma vez mais encobrem abismos sociais e precisam ser analisados com cautela quando o foco de análise é a sustentabilidade do desenvolvimento.

A expectativa do Ministério da Fazenda, segundo também noticiou o Portal G1, é de que o Brasil ultrapasse a França e seja reconhecida como a quinta maior economia do mundo antes de 2015. Mas será esta a real prioridade do país?

Com base nas estatísticas citadas, a situação revela as contradições com as quais o Brasil continua a conviver e demonstra, ainda, que o bom desempenho econômico não constitui garantia de padrões éticos e sustentáveis para o desenvolvimento planetário. Sem avanços significativos que afirmem o compromisso de melhorias sociais a médio e longo prazos, o desejo de liderança global tende a ser apenas uma ilusão. E, neste caso, em que medida a sociedade brasileira está preparada para esse tipo de transformação?

Vale ressaltar, nesta análise, que a América Latina, embora não seja a região mais pobre do mundo, é a que tem a distribuição de renda mais desigual, em nível global, segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2011* (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS..., 2011c). Sendo assim, o Brasil, como uma das principais economias da região, precisa ser também exemplo de transformação social e redução das desigualdades, para que possa efetivamente exercer a sua liderança regional.

No entanto, embora tenha conquistado avanços nas últimas décadas, o Brasil continua sendo palco de muitos contrastes sociais. Não é por acaso que cinco cidades brasileiras também foram citadas entre as vinte mais desiguais do mundo pelo relatório *O Estado das Cidades do Mundo*

2010/2011: *Unindo o Urbano Dividido*, publicação mencionada anteriormente que ressalta o distanciamento entre as camadas mais ricas e mais pobres da população brasileira.

No *ranking* de desigualdade no mundo, algumas cidades brasileiras se destacam, como Goiânia (10<sup>a</sup>), Belo Horizonte e Fortaleza (13<sup>a</sup>), Brasília (16<sup>a</sup>) e Curitiba (17<sup>a</sup>). Estes dados chamam a atenção para um problema pouco discutido no país: o contraste entre desempenho econômico e desigualdade social, uma vez que estas cidades estão também associadas a elevados índices de crescimento com base nos indicadores econômicos convencionais, comparativamente a outras do país. Assim, a questão que permanece sem resposta é: em que medida esse tipo de desenvolvimento gera equidade?

Embora não estejam entre as 20 mais desiguais do mundo, outras duas cidades brasileiras são mencionadas no mesmo relatório: Rio de Janeiro (28<sup>a</sup>) e São Paulo (39<sup>a</sup>). Como nos casos citados anteriormente, a situação de desigualdade nas duas capitais mais industrializadas do Brasil demonstra que nem sempre os índices de desenvolvimento econômico se refletem em avanços sociais na mesma proporção.

Mas para que se avance neste debate vale ressaltar, mais uma vez, que as questões da desigualdade precisam ser enfrentadas não apenas em uma leitura simplificada entre inclusão e exclusão, baseada em estatísticas de pobreza, mas também com relação ao significado deste processo para os grupos mais vulneráveis da população mundial, com ênfase especial às crianças e jovens. São eles que herdarão um planeta em crise e que precisarão se preparar para a construção de uma nova concepção de desenvolvimento.

Nesse sentido, precisamos avançar um pouco mais em outras análises para que se amplie o entendimento desse tema tão complexo. Para tal, é fundamental que se aprenda com os erros do passado para que se escreva um novo presente e se possa realmente projetar um futuro realmente sustentável para o planeta.

Assim, diante do quadro global anteriormente discutido, como avançar na superação desses abismos que se consolidaram nos últimos anos, apesar de tantos esforços e compromissos globais? O que está acontecendo no mundo que pode realmente ilustrar que outros caminhos são possíveis?

## **IGUALDADE SOCIAL E NOVOS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO**

Como parece evidente, proteger os recursos naturais do planeta e assegurar a prosperidade e a paz mundial são questões que dependem principalmente da redução da pobreza e das desigualdades sociais globais. Foi este o argumento defendido pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, em mensagem veiculada durante as comemorações do Dia Mundial da População, em 11 de julho de 2011. Nesta ocasião, ele chamou também a atenção para a es-

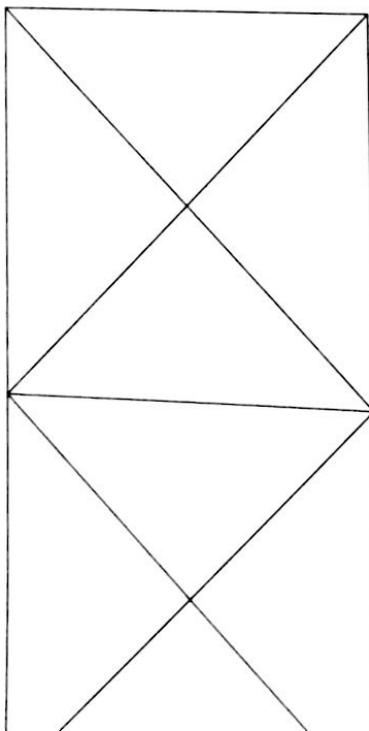
timativa do contingente populacional mundial em 7 bilhões de habitantes, o que foi confirmado em novembro do mesmo ano, pelo *Relatório da Situação da População Mundial 2011* (UNFPA, 2011).

Esse relatório convidou também a comunidade internacional para uma ação mais efetiva na luta contra o consumo excessivo e para a redução das emissões de gases de efeito estufa (ver a definição em: [http://ambientes.ambientebrasil.com.br/mudancas\\_climaticas/artigos/efeito\\_estufa.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/mudancas_climaticas/artigos/efeito_estufa.html)), para assegurar o equilíbrio da natureza e a garantia de qualidade de vida para as populações ainda excluídas do processo global de desenvolvimento.

Em sua mensagem, Ban Ki-moon (O DIA..., 2011) confirmou ainda que, embora cerca de um bilhão de pessoas estejam, atualmente, passando fome no planeta, o mundo produz alimentos em quantidade suficiente para todos. Da mesma forma, mencionou que há recursos disponíveis, em nível global, para erradicar muitas doenças e afirmou serem as condições ambientais planetárias ainda favoráveis para uma nova perspectiva de desenvolvimento, apesar dos sinais evidentes de exploração insustentável da natureza.

Com esse tom otimista, o secretário-geral da ONU conclamou a sociedade planetária a refletir sobre estas oportunidades e a necessidade de que estas sejam utilizadas em favor da construção de um mundo mais justo, no qual as condições de pobreza extrema de muitos não seja mais tolerada. Em seu discurso, enfatizou que melhorar o bem-estar da população mundial, por meio do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, deve ser o foco prioritário da sociedade, em nível global.

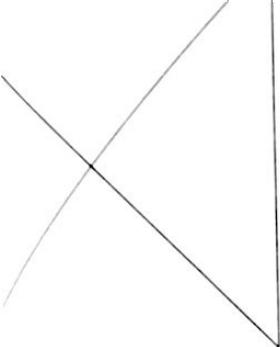
No sentido de fomentar esta reflexão, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) – agência vinculada à ONU que busca soluções para reduzir os impactos socioambientais e econômicos do aumento da pressão do crescimento demográfico sobre as condições planetárias – lançou a campanha Sete Bilhões em Ação no dia 7 de julho de 2011 (veja mais em <http://www.unfpa.org.br/novo/>).



#### **CAMPANHA SETE BILHÕES EM AÇÃO**

Esta campanha foi lançada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, na sigla em inglês) quando se previa que a população global alcançaria a marca de 7 bilhões de habitantes, dado que se confirmou em novembro de 2011.

A iniciativa foi criada com o intuito de mobilizar 7 bilhões de soluções, em um esforço simbólico de representar cada indivíduo no mundo por meio de parcerias globais pela sustentabilidade, incentivo à ampliação de melhores práticas empresariais, governamentais e da sociedade civil, em geral. O foco da campanha



é a melhoria das condições de vida da população mundial e da qualidade ambiental planetária. No site da campanha, no final de 2011, já constavam mais de 800 relatos de boas práticas.

Veja mais em: <http://www.7billionactions.org/>

## **FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB): NOVA DIMENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**

Neste percurso para se repensar os desafios do desenvolvimento diante das demandas sociais, como mencionado anteriormente, a ONU, em julho de 2011, reconheceu, na sua 65ª Assembleia Geral (UNITED NATIONS, 2011), que os padrões atuais de crescimento econômico não estão sendo capazes de assegurar a sustentabilidade desejada, não têm contribuído para a eliminação da pobreza, bem como não têm sido capazes de gerar bem-estar à população do planeta, em sentido mais amplo. Nesta ocasião foi acordado que, para além de todos os índices avaliados, a busca pela felicidade constitui um direito e expressa o espírito das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Assim, amplia-se, mundialmente, a percepção de que o crescimento econômico, medido pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB), denominado também Produto Nacional Bruto (PNB), não é capaz de traduzir o grau de desenvolvimento de um determinado país, uma vez que não incorpora todas as demandas e aspirações humanas. Portanto, a tradicional forma de fazer a conta do progresso, anualmente, com base no acúmulo das riquezas nacionais, vem sendo cada vez mais questionada.

O discurso em defesa de mudanças no processo vem de inúmeros segmentos sociais, sintonizados com o desejo individual e coletivo de uma sociedade mais justa, em um planeta em acelerado processo de transformação. Sendo assim, estas demandas não partem somente de economistas mais atentos às críticas globais ao modelo convencional de avaliação do desenvolvimento – que não considera valores como o bem-estar, equilíbrio físico, emocional, psicológico ou espiritual dos indivíduos (entre outros, difíceis de serem contabilizados ou medidos). Elas se originam também daqueles que acreditam que uma nova forma de desenvolvimento seja ainda possível e, para avaliá-lo, outros métodos seriam também necessários.

É nesse contexto que surge um índice inovador denominado Felicidade Interna Bruta (FIB), que incorpora nove dimensões: bem-estar psicológico, saúde, uso equilibrado do tempo, vitalidade comunitária, educação,

cultura, resiliência ecológica, governança e padrão de vida – que traduzem uma nova forma de perceber o ser humano em sua relação com o mundo.

O FIB passa a ser progressivamente incorporado nos debates da academia, da gestão pública, das organizações não governamentais (ONGs) e também das empresas, uma vez que tende a representar uma proposta inovadora em uma visão de futuro. Evidentemente que este é um conceito abstrato e de difícil mensuração, mas mesmo assim (e, apesar das críticas a ele dirigidas) começa a ser difundido globalmente, já tendo inclusive inspirado estudos e alguns projetos-piloto adaptados a diversas realidades e culturas.

Este, aliás, é o princípio norteador do sucesso desta proposta: assegurar que sua aplicação tenha a identidade de cada localidade e que envolva as populações locais para que elas próprias avaliem as suas necessidades e o seu sentido de felicidade, para que possam então concretizá-la (ver mais em <http://www.felicidadeinternabruta.org.br/>).

#### **ENTENDENDO A FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB)**

Foi o Butão, um pequeno país do Himalaia (localizado em uma região montanhosa entre a China e a Índia), que lançou, em 1972, de maneira absolutamente inovadora, o conceito de Felicidade Interna Bruta. O conceito de FIB foi proposto pelo rei Jigme Singye Wangchuck e, desde a sua introdução na vida dessa nação, de natureza exuberante, começou a chamar a atenção do mundo, não só pelo seu ineditismo, mas também por sua possibilidade de aplicação prática em sentido mais amplo. Não foi por acaso que a ideia atraiu algumas instituições importantes no plano global, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ao que tudo indica, o Butão está conseguindo avançar nas suas convicções de gerir o seu desenvolvimento com base em uma leitura de desenvolvimento que ultrapassa a visão convencional. Entre tantas evidências de que o país está no caminho certo, se destaca a conquista do prêmio Campeão da Terra, concedido pela própria ONU, em 2005, em reconhecimento ao elevado compromisso público com a proteção da natureza, já que 70% do território nacional têm vegetação preservada e, desse total, 60% estão inseridos em florestas naturais.

Acesse: <http://www.felicidadeinternabruta.org.br/>

Em uma retrospectiva das iniciativas globais que já se inspiram no índice FIB, a revista *Página 22*, na edição de 8 de março de 2011 (GUT, 2011), ressaltou uma importante adesão a essa proposta, por parte do primeiro-ministro britânico, David Cameron. Em 2006, ao assumir a liderança do Partido Conservador, ele reafirmou as suas convicções pessoais de que o bem-estar humano não pode ser medido por indicadores meramente econômicos como o PIB e iniciou, desde então, um processo de identificação das aspirações dos cidadãos britânicos.

Nesse sentido, segundo informou a publicação (GUT, 2011), o Serviço Nacional de Estatísticas (Office for National Statistics) passou a indagar a população da Grã-Bretanha sobre o que significa, para ela, felicidade. Segundo a reportagem, parece mesmo haver a intenção de Cameron de avançar na direção de um modelo participativo de gestão que leve em consideração os anseios da população britânica no processo de decisão política. Nesta lógica, o primeiro-ministro britânico considera também que outras iniciativas, como o estímulo ao trabalho voluntário e o envolvimento da sociedade em ações sociais, tendem a contribuir para fortalecer o bem-estar coletivo e, conseqüentemente, ampliar o sentimento de felicidade individual.

Também não foi por acaso que, em 2008, o presidente francês, Nicolas Sarkozy, encomendou aos economistas Joseph Stiglitz e Amartya Sen (ambos Prêmios Nobel de Economia) um estudo sobre a melhor maneira para avaliar desenvolvimento. Os especialistas contratados, segundo a revista *Página 22* (GUT, 2011), concluíram, na pesquisa, que a avaliação sobre desempenho econômico, sustentabilidade e qualidade de vida precisa se basear em novas metodologias. Substituir o cálculo do PIB por outras formas de quantificação da real situação de vida das famílias foi também uma outra importante conclusão desses dois renomados especialistas.

Ainda de acordo com a mesma publicação (GUT, 2011), outras alternativas estão sendo testadas, mundialmente, para que se possa chegar a uma melhor interpretação sobre qualidade de vida, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) anteriormente discutido e o Índice de Valores Humanos (IVH). Este último não é um índice para ser utilizado apenas por governos, pois aborda as experiências vividas pelas pessoas em seu cotidiano, seja no trabalho, em família ou em relação à prestação de serviços, como saúde, educação, entre outros. Além destes índices concebidos pelo PNUD, o *Happy Planet Index* (HPI, na sigla em inglês), criado pela New Economics Foundation de Londres, visa avaliar o que é realmente importante para as pessoas, desde bem-estar e longevidade até a preocupação em relação ao consumo e capacidade de oferta de recursos naturais (ver mais em <http://j.mp/KbcZsB>).

Estas novas iniciativas têm contribuído para uma nova leitura de desenvolvimento e, certamente, irão influenciar as discussões globais du-

rante e após a Rio+20, o que tenderá a implicar a ressignificação da noção de desenvolvimento sustentável.

Uma adesão importante a este movimento foi a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas que, como anteriormente discutido, reconheceu a busca da felicidade como “um objetivo humano fundamental”. Ao recomendar que o tema seja devidamente tratado como uma questão de Estado e inserido em políticas públicas nacionais, o documento da ONU, além de criticar as metodologias usuais para avaliação de desenvolvimento, enfatizou que o uso insustentável dos recursos naturais para manter os atuais padrões de produção e consumo pode inviabilizar o desenvolvimento humano no futuro.

E, como resultado deste processo, no Brasil, a questão está também em debate no Senado, como ainda será discutido neste capítulo.

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL: DEMANDA EMERGENCIAL DA SOCIEDADE**

Diante de todos os problemas discutidos, e independentemente das ações governamentais no sentido de resolver parte deles, cresce o entendimento, na sociedade, de que as empresas também devem desempenhar o seu papel, sobretudo diante do agravamento das crises econômica, social, ambiental e política em todas as regiões do mundo.

Seja pela capacidade de gerar empregos e impostos, de realizar investimentos em projetos sociais ou de movimentar a economia nas localidades onde estão inseridas, as empresas e o setor corporativo são reconhecidos como segmentos de grande relevância na construção de sociedades sustentáveis. Por outro lado, as atividades empresariais, que tendem a render lucros significativos aos seus líderes e/ou executivos e acionistas (independentemente de seu porte), geram inúmeros impactos sociais e ambientais como resultado de seus processos produtivos.

É nesse contexto que se fundamenta a necessidade de fortalecimento do conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que tende a inserir o sentido de cidadania no universo empresarial, contribuindo para a busca, no setor, de equilíbrio entre os pilares econômico, ambiental e social que integram a visão da sustentabilidade (para ler mais, acesse o site [http://j.mp/senac\\_resp\\_social](http://j.mp/senac_resp_social)).

Mas o caminho para que se consolidem melhores práticas na gestão corporativa não é simples e depende tanto de boas intenções como de investimentos reais em ações com esse foco, além da mudança da cultura empresarial. Há sinais evidentes de que algumas empresas estão começando a despertar para os impactos resultantes de suas atividades e os efeitos que estes podem gerar em sua imagem. Além disso, cada vez mais se percebe a

necessidade de reconhecimento por parte de consumidores, empregados, acionistas, investidores, clientes, fornecedores, entre tantos outros públicos considerados estratégicos para o universo empresarial.

Nesse sentido, mais de 200 empresas brasileiras, lideradas pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, aderiram ao Pacto Global, em 2000 (acesse e saiba mais em: [www.pactoglobal.org.br](http://www.pactoglobal.org.br)).

## **OS DEZ PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL**

### **DIREITOS HUMANOS**

- As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente; e
- As empresas devem assegurar a não violação dos direitos humanos.

### **TRABALHO**

- As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
- A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório deve ser assegurada;
- A abolição efetiva do trabalho infantil deve compor o compromisso empresarial; e
- Toda e qualquer forma de discriminação no emprego deve ser evitada.

### **MEIO AMBIENTE**

- As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva com relação aos desafios ambientais;
- Devem ser desenvolvidas iniciativas que promovam uma maior responsabilidade ambiental; e
- Devem ser incentivados o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

### **CORRUPÇÃO**

- As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive a extorsão e a propina.

Fonte: Pacto Global (2000), em [www.pactoglobal.org.br](http://www.pactoglobal.org.br)

Assim, e diante das exigências dos consumidores, cada vez mais atentos à atuação empresarial, o mundo corporativo, além de buscar novas tecnologias que assegurem a ecoeficiência em seus processos produtivos, tem buscado melhores práticas e também o aprimoramento das estratégias de comunicação sobre as formas de gestão dos seus negócios.

Desta maneira, o termo “transparência” na ação empresarial transformou-se em uma espécie de palavra mágica e código de sobrevivência. E, para tal, é preciso que as empresas desenvolvam inúmeros canais de diálogo e prestação de contas à sociedade. Nesse sentido, têm sido aperfeiçoados os mecanismos de divulgação de resultados das empresas, que, para além de prestação de contas sobre sua eficiência financeira, tendem a incluir, progressivamente, os denominados balanços sociais (para uma ideia geral sobre este assunto, veja <http://www.ibase.br>) ou relatórios de sustentabilidade com base no modelo criado pela Global Reporting Initiative (GRI), que pode ser traduzida como a Iniciativa Global de Prestação de Contas, cada vez mais utilizado pelas empresas para comunicar a sua atuação para a sociedade.

Algumas organizações têm investido um grande esforço empresarial para impedir que o conceito de sustentabilidade caia na banalidade e seja apenas utilizado, de forma oportunista, por empresas pouco comprometidas com práticas sustentáveis. Uma destas organizações é o próprio Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) que, ao final deste capítulo, discute a questão, por meio de entrevista do seu presidente Gilberto C. Leifert.

### **Certificações: a diferença na gestão empresarial**

Com o objetivo de padronizar os processos produtivos, assegurando qualidade de gestão e práticas ambiental e socialmente responsáveis, entre outros aspectos essenciais à atuação empresarial, foi criada nas últimas décadas uma série de normas globalmente aceitas, designadas como ISO, uma derivação do grego isos, que quer dizer “igual” (<http://j.mp/LfssFF>).

A padronização de normas para a gestão empresarial ocorre de acordo com as famílias de ISO, dentre as quais se destaca a ISO 14000 (gestão ambiental), que tem contribuído para o aprimoramento da ação empresarial e tem apoiado as normas para o comércio sustentável entre os diferentes países.

Além disso, normas deste tipo tendem a favorecer o compartilhamento de inovações tecnológicas entre os diferentes segmentos industriais e proteger os consumidores e as populações nas áreas de inserção de instalações fabris e outras, o que tende a estimular uma importante mudança de mentalidade no setor (saiba mais sobre a ISO 14000 em <http://j.mp/zBg1in>).

O que antes era apenas dirigido à qualidade ambiental do sistema empresarial de gestão gradualmente passou a incorporar as questões vin-

culadas ao compromisso social do desenvolvimento. E assim surgiu a ISO 26000, a denominada Norma Internacional de Responsabilidade Social.

Com esta norma, inúmeras empresas têm buscado aprimorar a sua ação social, o que tende a, progressivamente, como um efeito dominó, gerar mudanças nas práticas da sociedade, se as medidas envolvidas não tiverem apenas a perspectiva oportunista de aumento dos lucros empresariais e ganhos de imagem (acesse [http://j.mp/senac\\_iso\\_26000](http://j.mp/senac_iso_26000)). Ao contrário de outras normas da ISO, a 26000 não é certificável nem tem o caráter de sistema de gestão, sendo aplicável a todos os tipos de organização.